

ASPECTOS DE UMA TEORIA DA
MUDANÇA LINGUÍSTICA¹Klaus J. Mattheier², Tradução de Hans Peter Wieser³**Resumo**

Delimitando o domínio e o objeto de estudo da teoria da mudança linguística, discutiremos resumidamente os conceitos teóricos mais relevantes sobre os diversos processos pelos quais mudam os elementos e sistemas linguísticos na dimensão diacrônica. Pressupõe-se que existam três diferentes formas de desequilíbrio ou rupturas da continuidade linguística: a substituição de uma variedade, a união de variedades e a cisão de uma variedade. Assim sendo, a teoria da mudança linguística deve ocupar-se de cinco assuntos essenciais: (i) das condições gerais da estrutura para que a mudança inerente ao sistema possa se realizar; (ii) do processo de transição com suas fases intermediárias; (iii) do encaixamento de uma inovação no sistema linguístico e no contexto sociolinguístico; (iv) da importância da avaliação para o processo de generalização das variações e (v) da análise do problema de como se inicia um processo de mudança. Na análise desses problemas, convém distinguir dois grupos diferentes de variações linguísticas que podem tornar-se fonte de mudanças permanentes da língua: (i) as variações que se formam na realização articulatório-perceptiva das ações linguísticas e (ii) as variações que podem ser explicados pelo uso da língua nas atividades comunicativas e sociais. Refletindo sobre causas e finalidades das mudanças e sobre a ligação íntima entre a evolução e a mudança em geral, lançaremos um olhar para os diferentes campos de ação da mudança linguística, bem como expli-

caremos, brevemente, como se passam a formação e a divulgação das inovações linguísticas.

Palavras-chave: *Mudança linguística, variação linguística, formação e divulgação de inovações linguísticas.*

Abstract

By delimiting the domain and the object of study of the Theory of Linguistic Change, we will concisely discuss the most prominent theoretical concepts important to the understanding of the diverse processes by which the linguistic elements and systems change in the diachronic dimension. It is presumed that there are three different forms of loss of balance or ruptures of the linguistic continuity: the substitution of a variety, the union of varieties and the split of a variety. Therefore the Theory of Linguistic Change should deal with five essential subjects: (i) the general structural conditions that determine the inherent change of the system; (ii) the process of transition with its intermediate phases; (iii) the embedding of an innovation in the linguistic system and in the sociolinguistic context; (iv) the importance of evaluation for the process by which variations are generalized and (v) the analysis of the problem of how a process of change gets started. In the analysis of these problems, it is convenient to distinguish two different groups of linguistic variations that can become the source of per-

¹ MATTHEIER, Klaus J. "Allgemeine Aspekte einer Theorie des Sprachwandels." In: BESCH, Werner / BERTTEN, Anne / REICHMANN, Oskar / SONDEREGGER, Stefan (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. 2. vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage. 1. Teilband. HSK 2.1. Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1998, 824-836.

² O Prof. Dr. Klaus Mattheier trabalha como professor titular no Seminário Germanístico da Faculdade Neofilológica da Universidade Ruprecht Karl em Heidelberg/Alemanha. O foco do seu ensino e da sua produção científica está na Sociolinguística, na Dialetologia e na história da Língua alemã. Endereço eletrônico: klaus.mattheier@gs.uni-heidelberg.de.

³ O tradutor é Especialista em Alemão para Estrangeiros pela UFBA e pela Universidade de Kassel/Alemanha, Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Doutor em Linguística na Universidade Federal do Ceará (UFC). Desde o ano de 2000, trabalha como professor de Latim, Análise do Discurso, Linguística Textual, Pragmática e Sociolinguística na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Endereço eletrônico: pitwie@uol.com.br.

manent linguistic changes: (i) the variations that are associated with the articulatory-perceptive realization of linguistic actions and (ii) the variations that can be explained by language use in social-communicative and social activities. Reflecting about the causes and the purposes of the change and about the close connection between evolution and change in general, we will shed light on the different fields of action of linguistic change and we will explain, shortly, how the formation and the spreading of linguistic innovations may take place.

Keywords: *Linguistic change, linguistic variation, formation and spreading of linguistic innovations.*

1 A MUDANÇA LINGUÍSTICA E A TEORIA DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

Na discussão atual, não há uma terminologia unívoca para denominar o estudo científico do fenômeno da mudança linguística. Nos trabalhos relevantes, é possível encontrar as seguintes denominações: *teoria da mudança linguística, teoria da história da língua, história da língua, linguística histórica, teoria evolucionária da língua, linguística dinâmica, linguística diacrônica, diacronia, diacronia interna, diacronia externa e teoria da diacronia*. A primeira distinção conceitual que deve ser observada diz respeito ao objeto de estudo e à teoria científica que dele trata. Os termos história da língua, mudança linguística, diacronia e evolução da língua se referem ao domínio do objeto de estudo. Os termos linguística histórica, linguística diacrônica e teoria da mudança linguística, por outro lado, referem-se a questões científicas, métodos e teorias específicas.

A segunda distinção conceitual está ligada, intimamente, à questão de se for oportuno separar uma teoria da história da língua de uma teoria da mudança linguística. Sobre esse ponto, há duas concepções que influenciam as opiniões dos cientistas. Alguns mantêm a posição que uma teoria da história da língua, ou seja, a linguística histórica abrange duas áreas parciais nomeadamente: a pesquisa da historicidade da língua, ou seja, da história da língua num sentido restrito, e a pesquisa das características essenciais da língua, ou seja, dos princípios que regem a história da língua. BORETZKY (1977:38), por exemplo, distingue entre a diacronia interna (a mudança linguística) e a diacronia externa (a história da língua). Já Hermann PAUL (1920: 1-6), no seu livro sobre os *Princípios fundamentais da história da língua*, rejeita essa posição. Conforme esse autor, é possível derivar, da história das línguas particulares, os princípios gerais da mudança linguística. Nesse modelo, os princípios da história da língua representam, então, o objeto da teoria da mudança linguística. COSERIU (1958), por outro lado, separa a história da língua, que trata dos problemas das línguas particulares, e a teoria da mudança linguística,

que trata dos problemas racional e geral da mudança linguística. Concordamos com esse autor, afirmando que é útil distinguir entre a história da língua que investiga o desenvolvimento das línguas particulares e a teoria da mudança linguística que se ocupa dos aspectos universais desse fenômeno. Não existe uma teoria da mudança linguística que trate, apenas, dos fenômenos de uma língua particular. Vale lembrar, enfim, que os termos linguística histórica e linguística diacrônica são outras denominações para a teoria da mudança linguística.

No intuito de esclarecer ainda mais a terminologia, excluimos do conjunto de conceitos, também, os termos teoria da diacronia, diacronia, diacronia interna e diacronia externa. Junto com o termo “sincronia”, esses conceitos foram definidos pelas diversas escolas da linguística estruturalista e devem ser usados, apenas, no respectivo contexto sistemático. Quanto ao termo “linguística evolucionária”, é óbvio que, nele, a ideia da evolução tem um papel importante; esse fato, por si mesmo, já dá a entender de que tipo de teoria da mudança linguística se trata aqui. Esse modelo será descrito mais abaixo. O termo linguística histórica exclui, da teoria da mudança linguística, uma parte que, atualmente, chama muito a atenção dos pesquisadores: a mudança linguística em curso, que pode ser observada, *in statu nascendi*, no tempo presente, mas que (ainda) não pode ser vista como parte da história de uma língua. O termo linguística dinâmica é mais abrangente que o termo teoria da mudança linguística e pode ser usado como conceito genérico para essa teoria e a teoria da variação linguística. Depois de ter afastado todos esses termos, resta apenas um termo para denominar a pesquisa científica da mudança linguística que é, nomeadamente, a teoria da mudança linguística.

2 A DELIMITAÇÃO DOS DOMÍNIOS DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 A identidade, a continuidade e a mudança

Com o fenômeno da mudança surge, também, o problema da identidade de uma língua, pois apenas é possível falar de mudança se uma variedade consegue manter uma certa identidade dentro da história e do espaço. Contudo, quando se trata da língua, a persistência dos traços característicos e a constância da distribuição geográfica não podem ser tomadas como condições gerais que constituem a identidade (LÜDTKE, 1980a: 4; BORETZKY, 1977: 63). Não há constância geográfica nos tempos em que a comunidade linguística realiza movimentos migratórios mais amplos. Também é óbvio, já que a mudança se manifesta justamente na alteração de certos traços da língua, que há apenas uma continuidade parcial dos traços característicos. No caso da mudança linguística, convém, então, substituir o conceito da identidade pela noção da semelhança linguística, do parentesco ou da continuidade das sucessivas formas de

variedades linguísticas. Se faltar a constância geográfica, será preciso comprovar essa continuidade em cada caso particular. Então, continuidade quer dizer manter mais ou menos a mesma identidade durante um certo período. Esse princípio, antes de tudo, tem como objetivo garantir o funcionamento contínuo de uma língua numa comunidade linguística que se transforma, historicamente, na sucessão das diferentes gerações. LÜDTKE (1980a: 4) chama esse fenômeno de “continuidade de revezamento”. Todavia, especialmente no caso de comunidades linguísticas cujo tamanho ultrapassa amplamente a dimensão da experiência individual, é preciso acrescentar a essa continuidade – e isso vale também na reflexão teórica – a ideia de uma variedade linguística que se distingue claramente de outras variedades e que está, eventualmente, sujeita a processos de avaliação.

Acontece que, no decorrer do desenvolvimento histórico de um língua, a continuidade das variedades linguísticas foi, frequentemente, ameaçada por períodos de crise que provocaram, muitas vezes, uma ruptura do equilíbrio e uma desintegração da identidade. A princípio, é possível distinguir três diferentes formas de crises ou rupturas da continuidade linguística: em primeiro lugar, a substituição de uma variedade, como aconteceu na região da Alemanha central-leste, quando a comunidade linguística dos sôrbes foi substituída pela comunidade linguística dos alemães⁴. Sabe-se que esse tipo de desenvolvimento acompanha, geralmente, os processos de padronização que ocorrem quando uma determinada variedade impõe-se a uma comunidade histórica e começa a prevalecer sobre muitas outras variedades originalmente concorrentes. Em segundo lugar, no contexto de crises da continuidade nas comunidades linguísticas, é possível, também, que ocorra uma união de variedades. Tal processo pode ser observado, por exemplo, no contato entre o normando e o anglo-saxônico, depois da conquista da Inglaterra pelos normandos em 1066. O processo do surgimento do alemão padrão, também, foi descrito como união de características das variedades do alemão central-leste, do franco leste e do alemão alto-leste que foram fusionadas numa língua escrita (BESCH, 1987). A variedade nova que resultou desse processo ganhou nos séculos XV e XVI, sua identidade própria, como “alemão comum” e, mais tarde, como “alemão luterano”, enquanto as variedades fontes, na qualidade de dialetos, deixaram de fazer parte do desenvolvimento. Um terceiro tipo de crise de identidade, que as variedades podem sofrer no decorrer dos desenvolvimentos históricos da língua ou da cultura em geral, encontra-se na cisão de uma variedade, assim como ocorreu na história linguística da Europa, quando na Antiguidade tardia, o latim se subdividiu e as línguas românicas se formaram paulatinamente.

2.2 A mudança linguística e a teoria linguística

COSERIU (1958: 56) fez uma proposta produtiva para a determinação da relação bastante obscura entre os dois termos ‘mudança linguística’ e ‘teoria linguística’. Ele divide o domínio total do estudo da mudança linguística em três áreas problemáticas: o problema racional (Por que a língua muda?); o problema geral (Como as línguas mudam?) e o problema histórico (Como uma língua muda no decorrer dos tempos?). A área do objeto da teoria da mudança linguística encontra-se no problema geral; enquanto que o domínio da história da língua é o problema histórico. Por conseguinte, a história da língua representa, em parte, a fonte de dados para a teoria da mudança linguística.

A primeira área problemática de COSERIU, o problema racional, trata da questão fundamental relacionada ao lugar adequado que a mudança linguística deve ocupar na teoria linguística. Na teoria linguística de Guilherme HUMBOLDT (1836) e na concepção de Hermann PAUL (1920), observa-se que a mudança linguística ocupa um lugar importante; no caso de PAUL, ela ocupa, até, a posição central, pois esse autor afirma que a essência da teoria linguística deve se encontrar na relação histórica entre os signos. No estruturalismo, ao contrário disso, observa-se que a mudança linguística é deslocada para a área marginal de uma teoria linguística que se propõe a estudar a estruturação dos sistemas sincrônicos. Contudo, os estruturalistas da Escola de Praga (por ex., JAKOBSON, 1931) e o linguista francês André MARTINET (1955) tentaram acrescentar à teoria linguística uma teoria adicional que se ocupe da mudança linguística. Nesse projeto, eles escolheram um caminho semelhante ao dos estruturalistas norte-americanos que tentaram compreender a variabilidade pelos conceitos dos ‘padrões gerais’ (*overall patterns*; TRAGER / SMITH, 1951) e dos chamados ‘sistemas diacrônicos’ (*diasystems*; WEINREICH, 1953). A teoria gerativista, também, precisou de um alargamento problemático da sua teoria para poder integrar os processos da mudança linguística (MAYERHALER, 1984). Nessa ampliação, os gerativistas recorreram a considerações que Hermann PAUL (1920: 62) já tinha feito quando discutiu o problema de como a língua é transmitida de uma geração para a próxima (KING, 1969; KIPARSKY, 1975: 262; BARTSCH / VENNEMANN, 1982: 145-186).

Rejeitando essas abordagens, COSERIU (1958) e LABOV (cf. WEINREICH / LABOV / HERZOG, 1968; LABOV, 1994) – que têm sua origem na tradição norte-americana – defendem a opinião de que a mudança linguística deve ser integrada no centro da teoria linguística. Para ambos os estudiosos, as necessidades comunicativas do indivíduo e (no caso de LABOV) dos diferentes grupos sociais são determinadas pela sociedade e pela situação, representando,

⁴ No Brasil colonial, tal substituição de uma variedade ocorreu quando o tupi-guarani foi substituído, como língua geral, pelo português europeu (N.T.).

portanto, o princípio organizatório para a formação dos sistemas funcionais e normativos da língua (MILROY, 1992). Contudo, na discussão da teoria linguística, não há, atualmente, um conceito que seja geralmente aceito e que poderia explicar uma teoria tão complexa e heterogênea (LASS, 1980; QUASTHOFF, 1975; SCHNELLE, 1976; KELLER, 1990 e 1994). Essa restrição é confirmada pelo fato de que há uma série de abordagens da mudança linguística que focalizam, exclusivamente, uma área parcial das mudanças em curso. A teoria da mudança de KELLER (1990, 1994), por exemplo, exclui, das suas considerações, quase por inteiro, a área fonética. E até a abordagem metodológica bastante produtiva de Helmut LÜDTKE (1980a e 1980b) ocupa-se, praticamente, apenas com as mudanças intralinguísticas que ele chama de ‘mudanças do tipo A’, enquanto as ‘mudanças do tipo B’ que são socioculturalmente motivadas permanecem excluídas. Com efeito, as outras abordagens da mudança linguística focalizam o problema geral, mas se restringem a uma discussão isolada de problemas particulares e, relativamente, independentes. POLENZ (1991), por exemplo, se propõe a discutir os termos básicos do desenvolvimento linguístico e analisa as seguintes quatro áreas: a economia, a inovação, a variação e a evolução; todavia ele não estuda a conexão interna entre esses domínios.

Um bom reconhecimento internacional obteve, também, a sinopse das cinco questões essenciais da teoria da mudança linguística que LABOV (cf. MACMAHON, 1994) apresentou. Esse autor distingue entre o problema dos fatores condicionantes (*constrains problem*), o problema da transição (*transition problem*), o problema do encaixamento (*embedding-problem*), o problema da avaliação (*evaluation problem*) e o problema do acionamento (*actuation problem*) (WEINREICH / LABOV / HERZOG, 1968: 184-186). Desse modo, enumerou os elementos fundamentais de uma teoria da mudança linguística que são: as condições gerais da estrutura para que a mudança inerente ao sistema possa se realizar; o processo de transição com suas fases intermediárias, o encaixamento de uma inovação no sistema linguístico e no contexto sociolinguístico, a importância da avaliação para o processo de generalização das variações e a análise do problema de como se inicia um processo de mudança. Contudo, nesse modelo também, faltam algumas considerações sobre a conexão teórica entre essas áreas problemáticas.

2.3 A variabilidade e a mudança

Quase todas as teorias modernas da mudança linguística pressupõem que a variabilidade da língua representa o fundamento e as variações o reservatório para os processos de mudança linguística. HAAS (1998) distingue, por exemplo, entre uma teoria da inovação, uma teoria da seleção e uma teoria da divulgação que representam as três teorias parciais que formam a base da teoria da mudança linguística. A teoria da inovação inclui todas as tendências

de alteração que são registradas empiricamente. É de se pressupor, no entanto, que a maioria das variações as quais são observadas empiricamente nos diferentes níveis linguísticos nunca será envolvida num processo contínuo de mudança linguística. Portanto, convém perguntar se não seria oportuno excluir, da área da teoria da mudança linguística, a teoria da inovação – ou melhor, a teoria da variação – e delimitar-se à questão de como as inovações são selecionadas no reservatório das variações e como essas inovações, uma vez selecionadas, são divulgadas ou generalizadas em seguida. Tal procedimento faz sentido, também, porque sabemos que nem todos os tipos de mudanças linguísticas podem ser derivados de processos seletivos os quais ocorrem no reservatório das variações de uma variedade. Há, pelo menos, um tipo de mudança que não é o resultado de um processo seletivo entre as possibilidades de expressões linguísticas que fazem parte do reservatório das variações. Trata-se da atividade descrita por Rudi KELLER (1982) como “mudança linguística intencional”, ou seja, como medida que os falantes tomam conscientemente com a intenção de alterar a variedade linguística permanentemente.

Convém mencionar aqui, ainda, os processos de mudança linguística que têm sua motivação dentro do sistema linguístico, como a motivação fonológica de manter ou aumentar certos contrastes no sistema e a motivação de realizar certas regularizações fonológicas e morfológicas (BARTSCH / VENNEMANN, 1982: 152). Desde o início, esses processos têm também o propósito de efetuar uma mudança permanente da língua e, portanto, não pertencem ao reservatório não direcionado de variações que deveria ser o objeto de uma teoria da variação. O objeto central de uma teoria da variação, como teoria que precede logicamente uma teoria da mudança linguística, são os diferentes tipos de variações que surgem no decorrer das atividades comunicativas. Distinguimos aqui, seguindo LÜDTKE (1980a), dois grupos diferentes de variações cuja existência e cujo surgimento podem ser relacionados com as duas diferentes maneiras de ser que a língua pode assumir; são elas: a língua como fenômeno físico-biológico, ou seja, como fenômeno natural, e a língua como artefato cultural que se formou historicamente (cf. KELLER, 1990; LÜDTKE, 1980a).

Ao primeiro grupo pertencem todas as variações linguísticas que se formam na realização articulatório-perceptiva das ações linguísticas. LÜDTKE (1980a e 1980b) descreve, por exemplo, de que modo processos irreversíveis e universais levam, nesta área, a variações que não são aleatórias, mas que surgem repetidamente, e o mesmo autor mostra de que modo essas variações se desenvolvem em direção a uma determinada mudança linguística. LÜDTKE pressupõe que existe um processo geral de redução no decorrer do qual toda articulação, em princípio, é reduzida conforme a velocidade da fala e os custos de energia; tal redução acontece porque o máximo de energia articulatória,

previsto no relevante programa de realização para a pronúncia de uma imagem sonora (*target*), é alcançado muito raramente. Por causa das redundâncias inerentes ao processo total é possível – pelo menos até um certo grau – fazer cortes nos objetivos articulatórios da imagem sonora. Trata-se, nessa redução, de um processo universal que, em adequados contextos articulatório-perceptivos ocorre automaticamente. Contudo, é preciso levar em consideração, também, que esse processo encontra, em cada variedade, diferentes condições gerais de distribuição ou de acentuação, de tal modo que a mudança de cada variedade – apesar da semelhança dos desenvolvimentos básicos – apresentará resultados completamente diferentes.

A estrutura da entonação, a estrutura da ordem das palavras e os fatos da acentuação suprasegmental da oração, assim como as diferentes frequências das classes de sons e de formas, a fixação do lugar das palavras na oração e outras coisas semelhantes levam a um desenvolvimento no decorrer do qual o processo universal da formação de variações segue rumo a diferentes resultados nas línguas individuais. Aqui também, se mostra claramente que uma separação inequívoca da teoria da variação e da teoria da inovação nem sempre é possível, uma vez que a teoria de LÜDTKE descreve tanto o surgimento não direcionado de variações no decorrer das atividades articulatório-perceptivas dos falantes, quanto o direcionamento dessas variações em direção a um determinado objetivo irreversível numa língua particular.

Desenvolvimentos de semelhante importância são, por exemplo, a coarticulação, ou seja, a alteração quantitativa e qualitativa da articulação de um som devido à influência do contexto prévio ou posterior (MENZERATH / DE LACERDA, 1933), e, provavelmente também, as considerações da fonologia natural (AUER, 1990) que se baseia nos princípios da clareza ou compreensibilidade e da minimização dos custos articulatórios. Todos esses desenvolvimentos têm base no nível fonológico, mas BARTSCH / VENNEMANN (1982: 161) mostraram que seus desdobramentos têm consequências, também, na área morfológico-sintática.

Os tipos de variações que podem ser explicados pelo uso da língua nas atividades sociocomunicativas e sociais são completamente diferentes dos tipos de variações que surgem durante os processos articulatório-perceptivos (cf. VON POLENZ, 1991: 37). A atividade linguística aqui tomada como ponto de partida constitui-se, em princípio, na aplicação dos padrões de ação linguística que fazem parte do conhecimento linguístico. Esses padrões referem-se aos diferentes níveis linguísticos. O repertório dos padrões de ação linguística à disposição do falante é adquirido pela educação e pela experiência linguísticas. A escolha do adequado padrão de ação linguística acontece num processo voluntário ou rotineiro em que o falante/ouvinte se orienta por uma dada intenção comunicativa e por uma série de condições pragmáticas gerais, como o tipo de situação, a

relação com o interlocutor, etc. Até esse ponto, o processo esboçado não oferece, ainda, nenhum ponto de partida para a formação de variações dos padrões de ação linguística disponíveis no conhecimento linguístico. Todavia, cada escolha de formas linguísticas que sejam adequadas a uma determinada situação e a uma determinada intenção baseia-se numa comparação, em dado momento, entre a nova situação comunicativa e as condições situacional-pragmáticas que determinam o uso dos padrões de ação linguística e que são, também, memorizadas no conhecimento linguístico. Visto que, nessa comparação, nunca haverá uma concordância perfeita, mas apenas uma semelhança parcial, pode-se concluir que a ativação dos padrões de ação linguística – gravados no conhecimento linguístico – representa uma fonte da variabilidade; pois cada novo uso de um padrão de ação linguístico altera, simultaneamente, no decorrer de um processo de redefinição, os padrões de ação linguística já aprendidos ou adquiridos e modifica, desse modo, o conhecimento linguístico do falante. Nessas considerações, fundamentam-se as abordagens da teoria pragmática da mudança semântica (FRITZ, 1998). Também, são produzidas aqui, simultaneamente, as variações no nível da expressão, uma vez que o falante não ativa, apenas, os padrões linguísticos disponíveis, mas também os varia e os enriquece, quando não encontra, disponível no seu conhecimento linguístico, um padrão adequado para a situação atual de ação linguística. Os potenciais ativados da criatividade linguística, muitas vezes, ultrapassam, até os limites da norma linguística, como mostram as novas formas bastante originais de comportamento linguístico que caracterizam a linguagem publicitária e a linguagem dos jovens, que, aliás, já foram aceitas no repertório da língua padrão (ANDROUTSOPOULOS, 1998; VON POLENZ, 1991).

O uso da língua nas constelações cotidianas da atividade comunicativa representa, então, um segundo ponto de partida essencial para a formação de variações semânticas e expressivas. Contudo, a maioria das unidades expressivas que assim surgem não tem sua origem na criatividade dos falantes e na formação de novas formas expressivas, mas no processo – nesse contexto, provavelmente mais importante – do empréstimo de possibilidades expressivas das variedades linguísticas mais ou menos adjacentes que, também, estão disponíveis no conhecimento linguístico. Ao lado das verdadeiras variações comunicativo-funcionais, encontra-se o conjunto das variações induzidas pelo contato com outras variedades. Ambos os tipos de variação servem para a flexibilização das possibilidades expressivas que estão disponíveis no conhecimento linguístico. Desse modo, torna-se possível uma adaptação às exigências comunicativas as quais estão se transformando continuamente.

Todos esses processos de formação das variações comunicativas e variações induzidas pelo contato acompanham o decorrer das atividades comunicativas. Todavia, é

importante ressaltar que eles não têm nenhuma importância para a descrição da mudança linguística. Conforme o padrão esboçado, é possível, em princípio, que as variações linguísticas surjam em qualquer direção, como ilustra, muito bem, a famosa imagem do alvo de tiros que Hermann PAUL concebeu para a mudança fonética. Assim como, no modelo de PAUL, as diferentes condições momentâneas de articulação dão origem às variações da norma alvo fonética, do mesmo modo é possível imaginar que, no decorrer da atividade comunicativa, as condições pragmático-situacionais e a intenção específica de expressão produzem as variações do padrão original de ação. Contudo, pode-se falar de uma mudança definitiva, apenas, quando as variações não variam mais aleatoriamente em torno do ponto de mira, mas se afastam permanentemente do modelo inicial, em uma determinada direção. Na área da variação motivada pela articulação e percepção da imagem sonora, esse direcionamento permanente das variações realiza-se na colaboração, acima esboçada, de processos irreversíveis e universais de mudança e das condições contextuais particulares a cada língua individual que, por exemplo, dizem respeito à distribuição. Na área das variações condicionadas pelas ações linguísticas, convém procurar o ponto de partida da mudança permanente na alteração das estruturas sociocomunicativas, que tem como consequência, um desenvolvimento em que certas exigências comunicativas são eliminadas das atividades linguísticas cotidianas e são substituídas por outras.

2.4 Causalidade, finalidade e evolução

No âmbito da teoria da mudança linguística, um ponto central de discussão encontra-se na procura das causas da mudança linguística. Eugênio COSERIU (1958), entre outros, mostrou que é preciso distinguir, em princípio, dois diferentes tipos de causas. De um lado, convém perguntar pelo papel da causalidade no contexto da formação e na adoção paulatina de inovações. Do outro, observa-se que as variações/inovações que surgem no contexto da atividade comunicativa e na realização de uma determinada intenção comunicativa têm uma base que pode ser determinada e justificada pela finalidade. Todavia, essa fundamentação causal ou final refere-se, exclusivamente, a relação entre as condições iniciais que ocasionam o processo de mudança. Seria uma conclusão precipitada afirmar que já se obteve, nessa altura, uma explicação causal ou final para a mudança linguística; pois uma mudança pode ser constatada apenas quando a inovação se encontra firmemente encaixada em, pelo menos, uma área parcial do sistema linguístico e quando ela reprimiu ou venceu uma outra variação em tal circunstância. Nesse processo de generalização há, ainda, os efeitos de numerosos fatores adicionais que não têm nenhuma ligação com os fatores finais ou causais os quais ocasionaram o processo de mu-

dança. Apesar disso, não é recomendável ver apenas, como condições prévias da mudança linguística, os fatores que deram início à nova variação. As variações causais e finais de um determinado tipo surgem, apenas, se os fatores que provocam o processo são importantes por um prazo mais longo e, muitas vezes, para um grupo inteiro de falantes. Desse modo, é possível observar numa dada língua particular que, numa certa variedade, um processo de gerenciamento de redundâncias é provocado causalmente por uma determinada distribuição, enquanto, em outra, esse processo não pode ocorrer porque essa variedade está sujeito a diferentes condições distribucionais. Contudo, se a distribuição que ocasiona a variação estar em vigor por um prazo maior, para um grupo inteiro de falantes, é bem provável que essa inovação entrará no processo de generalização. Portanto, é possível, sim, falar de razões causais e finais para a mudança linguística.

Desde o início do estudo dos processos de mudança linguística, acreditou-se que há uma ligação íntima entre a evolução e a mudança em geral. No século XIX, tentou-se interpretar os desenvolvimentos gerais e os processos de declínio da cultura no sentido de dar contextualização sócio-histórica aos desenvolvimentos linguísticos. Os antigos estudos do indoeuropeu, desse modo, se caracterizaram por um modelo evolucionário que postulou um desenvolvimento acedente, partindo das línguas isolantes, passando pelas línguas aglutinantes e chegando, finalmente, nas línguas flexionais (SCHLEGEL, 1818: 14). Convém mencionar, também, a teoria biologista da decadência cultural, formulada por Oswald SPENGLER, que teve seus efeitos em outros contextos da história linguística (NAUMANN, 1925). No contexto da análise estruturalista da língua, pesquisadores de renome, como André MARTINET (1955), partem da idéia de que haja tendências evolucionárias inerentes ao sistema linguístico, como a tendência de manter o sistema em simetria, a tendência para o 'equilíbrio com respeito ao número de elementos e ao seu uso' (BOREZKY, 1977: 73) ou a tendência para a economia que rege os rumos do desenvolvimento, permitindo, também, que os efeitos tomem uma direção contrária (RONNEBERGER-SIBOLD, 1980).

Na perspectiva da teoria das ações linguísticas, não é comum procurar as tendências evolucionárias da mudança linguística no sistema linguístico, exclusivamente, mas também na comunidade linguística. Primeiramente, convém ressaltar nesse contexto, que há desenvolvimentos pelos quais a língua é alterada e que são planejados conscientemente por grupos sociais ou por pessoas individuais que pretendem intervir na língua ou no seu uso. Não se trata, apenas, das reformas linguísticas ou das ações de normalização da língua. É preciso que sejam acrescentados, a esse tipo de intervenção no desenvolvimento da língua, todos os processos educacionais que sobrepõem à língua falada em desenvolvimento as normas conservadoras da língua escrita. Esses processos, promovidos mais ou menos inten-

cionalmente, não devem ser associados ao termo ‘evolução’. ‘Planejamento de língua’ ou ‘política linguística’ são os termos adequados para essas medidas.

Em segundo lugar, convém mencionar, nesse contexto, que o pesquisador da mudança linguística Rudi KELLER apresentou considerações teóricas sobre o conceito da evolução linguística que se distinguem, fundamentalmente, dos modelos mostrados anteriormente. Ele explora a dimensão evolucionária da mudança linguística ao associar a língua com os ‘fenômenos de mão invisível’. Igualmente como no caso do surgimento de uma trilha não planejada ou da oscilação da inflação, tais fenômenos não permitem indicar como as ações sociais individuais que constituem o fenômeno dão origem à forma e como eles determinam a direção do desenvolvimento. É preciso pressupor uma série de interesses ou máximas adicionais que produzem o fenômeno, numa ação recíproca com as atividades sociais dos indivíduos.

2.5 Os campos de ação da mudança linguística

Partindo do som e avançando até a oração, o estudo científico da mudança linguística ocupou-se até hoje, principalmente, da mudança nos diferentes níveis e posições hierárquicas do sistema linguístico. Todos esses tipos de mudança dizem respeito à *langue*, no sentido estrito. As mudanças linguísticas que pertencem mais à *parole* e que afetam o conhecimento linguístico dos falantes individuais ou de grupos de falantes são, raras vezes, incluídas e quando são consideradas, são analisadas apenas, de passagem. Todavia, é perfeitamente possível perguntar até que ponto a educação linguística na escola e a consolidação das normas da língua padrão e da língua escrita no conhecimento dos estudantes podem ser vistas como processos de mudança linguística (cf. HAAS, 1998). Dentro do espectro das condições que determinam o desenvolvimento de uma língua, é possível, também, ver, de modo semelhante, as mudanças específicas que ocorrem nas diferentes gerações de falantes. Nesse tipo de mudança, pode-se observar que, na produção linguística de falantes em diferentes períodos da vida, a porcentagem de formas padrões e dialetais muda de uma maneira típica. É verdade que, nesse processo, não se trata de uma mudança permanente e de caráter linear que altera partes do sistema linguístico, mas, no estudo sociológico dos processos de mudança, também é comum considerar, ao lado da mudança linear, os processos da mudança cíclica. No contexto do estudo da mudança da *langue*, foram, durante muito tempo, a mudança fonética (HAAS, 1998) e a mudança lexical (FRITZ, 1998) que mais chamaram a atenção dos pesquisadores. Como foi mostrado acima, foram, também, essas duas áreas que desenvolveram uma dinâmica particular na formação das variações. Todavia, nos anos mais recentes, a pesquisa na área morfológico-sintática (LEISS, 1998) ganha cada vez mais importância.

No estudo da mudança das unidades que são portadoras de significado, é preciso distinguir, em princípio, dois níveis de mudança, a saber, a mudança do nível do significado e os processos de mudança permanente que atingem o significante; é evidente que, na realidade linguística, esses dois tipos de mudança estão frequentemente entrelaçados. Essa análise da mudança linguística é intimamente ligada ao sistema da língua e corresponde ao caráter cognitivo da teoria linguística de base. Todavia, é preciso perguntar se uma abordagem das mudanças linguísticas, orientada na teoria das ações linguísticas, não deveria escolher uma perspectiva muito mais ampla que não inclua apenas a língua, mas também o falante e, além disso, a comunidade linguística.

Na área de transição entre a visão estreita da mudança do sistema linguístico e a visão aberta da mudança do uso linguístico de uma sociedade, a mudança dos gêneros textuais e – intimamente ligada a essa – a mudança do estilo linguístico adquirem uma importância especial; pois, é nos gêneros textuais que se concretizam todos os recursos do sistema linguístico. Contudo, esses recursos são ativados e selecionados de acordo com determinadas intenções e situações que são típicas para os diferentes gêneros textuais e que são ligadas, através da função textual, ao caráter linguístico-pragmático dos textos. Uma vez que as ações linguísticas representam, de uma maneira geral, casos especiais de atividades sociais, abre-se, aqui, uma possibilidade de abordar a influência que as mudanças sociais exercem sobre as estruturas linguísticas; desse modo, a mudança de gêneros textuais representa o ponto de encontro entre a mudança inerente ao sistema e a mudança das estruturas sociocomunicativas e sociais, que fornecem o contexto relevante em que os textos ganham tamanho e efeito. Isso vale, também, para os gêneros conversacionais que representam formas particulares dos textos dialógico-orais.

Todavia, uma teoria da mudança linguística que se fundamenta numa teoria da ação linguística tem que ser ainda mais abrangente. A mudança linguística realiza-se, também, na comunidade linguística. Portanto, o sistema das variedades típicas para uma comunidade linguística também deve ser incluído. Certamente, também convém interpretar, como mudança linguística, o processo em que as variedades dialetais são reprimidas por variedades com tendências supraregionais, que pode ser observado desde o início da modernização social nos primórdios da época moderna. A afirmativa acima é válida, também, para a reorganização recente do alemão padrão que se realiza devido à influência de características da língua oral. Esses deslocamentos no sistema das variantes, que compõem a totalidade do alemão, são registrados no conhecimento linguístico de cada falante individual, como mudança das regras para o uso da língua. Desse modo, para dar um exemplo dos anos mais recentes, parece que, até no discurso público, uma orientação pela norma padrão da língua escrita não está mais em conformidade com a norma vigente. Todavia,

não são apenas as variedades e suas relações mútuas que estão sujeitas a um processo contínuo de mudança. Os sistemas de variedades que formam a totalidade de uma língua, sempre, estão ligados, também, a um sistema de prestígio linguístico responsável pela avaliação das diferentes variedades. As estruturas da avaliação de variedades, também, podem mudar fundamentalmente e, de fato, já mudaram, muitas vezes, no passado. Na história da língua alemã, por exemplo, a língua das belas artes e da literatura obteve, durante muito tempo nos primórdios da época moderna, um valor muito alto e foi considerada ideal, também, para a linguagem da administração ou dos negócios. Essa estrutura de valores entrou em crise no fim do século XIX, quando outras orientações normativas ocuparam seu lugar. No contexto da mudança das estruturas de prestígio e de normas dentro de uma comunidade linguística, é preciso falar, também, da mudança das máximas de comunicação as quais discutiremos no próximo capítulo.

3 A FORMAÇÃO DE INOVAÇÕES LINGUÍSTICAS

A fonte de muitas mudanças permanentes da língua é o reservatório das variações que, no decorrer da atividade comum de falar, surgem continuamente durante a realização da comunicação. Nesse processo, é possível distinguir entre as variações que já querem seguir rumo a um determinado alvo de mudança e as variações que não são direcionadas e que são ocasionadas, exclusivamente, pelas condições momentâneas do uso da língua. O primeiro grupo consiste nas variações que têm sua origem em ações linguísticas claramente intencionais, ou seja, em intervenções baseadas numa decisão explícita de mudar a língua numa comunidade linguística. Convém acrescentar a esse grupo, ainda, as chamadas variações inerentes ao sistema que, por exemplo, são ocasionadas, no sistema linguístico, por processos de analogia.

Todavia, um problema muito maior para a teoria da mudança linguística encontra-se nas variações não direcionadas que HAAS (1998) chama de ‘inovações’. Nesse grupo, é possível distinguir entre as variações que são condicionadas pela produção ou recepção e as variações que são condicionadas por fatores sociocomunicativos. O foco do primeiro tipo de variação encontra-se na área fonética; o do segundo tipo, na área da lexicologia e da formação de palavras. Para poder explicar porque, no uso da língua de um grupo de falantes, são preferidas a longo prazo algumas variações do repertório, em princípio, ilimitado de possíveis variações, é preciso recorrer a modelos explicativos que, dentro da teoria da mudança linguística, são descritos por uma teoria parcial a qual se ocupa desse tipo de inovações.

No que diz respeito à formação de inovações permanentes na área das variações condicionadas pela produção ou recepção convém recorrer a processos como a

fonologia natural, a coarticulação e o gerenciamento de redundâncias, sendo esse último descrito por LÜDTKE (1980a e 1980b). Devido à influência desses processos, acontece que certas direções começam a prevalecer no desenvolvimento inerente ao sistema. Visto que as variedades particulares se caracterizam por diferentes estruturas de distribuição, é natural que todas as mudanças ocorram de um modo específico a cada variedade individual. Essas direções de desenvolvimento, muitas vezes, são acompanhadas, dentro do sistema, por processos condicionados pela analogia ou por fatores semelhantes (cf. AUER, 1990; HAAS, 1998).

As variações sociocomunicativas surgem no processo de adaptação pelo qual os padrões de ação linguística anteriormente adquiridos e memorizados no conhecimento linguístico são harmonizados com as novas situações sociocomunicativas, ou seja, as novas situações de ações linguísticas. Por causa da multiplicidade, em princípio, ilimitada de diferentes situações e intenções comunicativas, é inevitável que surjam continuamente novas variações. Nesse processo, é possível distinguir entre a nova formação de variações e o seu empréstimo vindo de contextos de variantes adjacentes, ou seja, as chamadas variações induzidas pelo contato.

É oportuno falar de mudanças permanentes na mistura das variações quando não é mais possível observar a formação de variações de uma determinada direção, ou quando determinados padrões de ação linguística – que fazem parte do conhecimento linguístico de um grupo de falantes – são ativados com uma frequência cada vez menor e, finalmente, deixam de ser usados. Desse modo, pode acontecer, numa determinada situação histórica, que, para os falantes, fica cada vez mais difícil encontrar uma situação comunicativa na qual o tratamento com ‘tu’ possa ser ativado, ainda que essa variação do pronome da segunda pessoa do singular continue fazer parte do conhecimento linguístico. Por outro lado, pode acontecer, também, que se tornem cada vez mais frequentes as situações nas quais pareçam ser mais adequado usar o pronome ‘você’. Essa situação, então, vem a ser o ponto de partida para uma mudança permanente do sistema de formas de tratamento.

É possível pressupor, então, que uma mudança das necessidades comunicativas de um grupo social represente, pelo menos, uma das razões que provoquem mudanças no sistema dos padrões habituais de ação linguística (MATTHEIER, 1988). As necessidades comunicativas de uma sociedade são um fenômeno central de cada estrutura social específica e, sendo assim, determinam, também, o grau de complexidade que caracteriza as tarefas de dominação e cooperação que são, convencionalmente, resolvidas nessa sociedade através de ações linguísticas. Faz parte das tarefas da sociolinguística e da pragmática de uma língua particular, descrever quais são as necessidades comunicativas de uma sociedade num dado momento histórico e como essas necessidades mudam. Cada língua histórica representa, apro-

ximadamente, uma reflexão das necessidades comunicativas dessa sociedade. As mudanças das necessidades comunicativas de uma sociedade estão intimamente ligadas aos grandes processos do desenvolvimento sociocultural. Por exemplo, a modernização social desde os fins da Idade Média levou a um deslocamento das necessidades comunicativas em direção a formação de um recurso expressivo estável que pode ser usado, estilisticamente de modo diferenciado, na comunicação suprarregional. Esse instrumento chegou, então, sob a forma da língua padrão. Certamente, é possível pressupor que, dentro de uma língua particular, a maioria das mudanças que envolvem variações sociocomunicativas tem sua origem em alterações das necessidades comunicativas e, desse modo, mantém uma conexão, pelo menos indireta, com os processos gerais de mudança social.

Além disso, as considerações apresentadas recentemente por Rudi KELLER (1990: 94) sobre a teoria da mudança linguística mostram claramente que há, pelo menos, mais um campo eficaz de ação que leva a mudanças permanentes dentro do reservatório das variações que têm uma origem sociocomunicativa; trata-se, nomeadamente, do conjunto das máximas comunicativas. Conforme KELLER, a língua não representa um fenômeno natural de origem causal, nem um artefato que provém de atividades conscientes e sistemáticas com um fim determinado. É verdade que todas as ações linguísticas advêm de certas intenções momentâneas, mas esse fato não explica a formação da língua e da mudança linguística. KELLER identifica a língua como um chamado ‘fenômeno de mão invisível’. Como nos casos de inflação ou de um engarrafamento no trânsito, não é possível derivar uma certa forma da língua completamente das intenções dos falantes individuais. Um congestionamento do tráfego surge, mesmo que cada participante do trânsito tenha a intenção contrária; e desse modo, as mudanças linguísticas também não podem ser derivadas das ações intencionais dos falantes individuais, mas elas representam “uma consequência causal de uma multiplicidade de ações intencionais que servem, pelo menos em parte, aos mesmos interesses” (KELLER, 1990: 88). Esses interesses comuns a cada grupo destacado, que fazem efeito ao lado das intenções das ações linguísticas individuais, são identificados por KELLER como ‘máximas comunicativas’. Evidentemente, essas máximas fazem parte do conhecimento linguístico normativo dos falantes individuais e são responsáveis pelo fato de que os resultados dos processos de mudança linguística nem sempre são, imediatamente, um produto de mudanças nas necessidades comunicativas ou, respectivamente, de mudanças na sociedade envolvida.

CHERUBIM (1983) foi um dos primeiros a ressaltar, numa crítica dos trabalhos de KELLER, que o conceito das máximas comunicativas tem uma importância enorme para a descrição dos processos de mudança linguística. O próprio KELLER não entra muito nos pormenores desse conceito.

Contudo, é óbvio que há, sem dúvida, diferentes tipos de máximas comunicativas. Desse modo, é preciso distinguir entre máximas que se orientam pelas normas, como ‘fale/ escreva de tal maneira como a norma exige’, e máximas que determinam a tolerância com as normas e que, provavelmente, provocarão um comportamento linguístico bastante variado. Dentro das máximas comunicativas orientadas pela norma convém distinguir entre máximas de acomodação e máximas de separação que aconselham, por exemplo: ‘fale do modo como se fala no seu ambiente’ ou ‘fale de um modo que você se distingue do seu ambiente’. No ponto de vista da história da língua, essa máxima de separação foi importante, por exemplo, para a cultura aristocrática nos primórdios da época moderna. Um falante que seguiu essa máxima excessivamente conseguiu distanciar-se socialmente do ambiente não aristocrático, mas, ao mesmo tempo, foi difícil para essa pessoa, levar esse ambiente a prestar os desejados serviços auxiliares porque se tornou uma tarefa árdua fazer-se compreensível. Ambas as soluções possíveis encontram-se nessa época; são elas: o uso (desdenhoso) da variação não aristocrática e, também, o alargamento do domínio da variação aristocrática aos servos imediatos – opção pelo qual se perdeu o distanciamento desejado.

Entre as máximas comunicativas orientadas pela acomodação há formas que produzem a homogeneidade e homeóstase, por exemplo, a máxima ‘fale do modo como falam as outras pessoas no seu ambiente’. Há, também, uma tendência para a mudança linguística e a heterogeneidade, produzida por máximas que têm o alvo da sua orientação fora do próprio grupo social, por exemplo, a máxima ‘fale como o grupo social de estranhos com o qual você se identifica’. Sabe-se pouca coisa, ainda, sobre a questão de como a categoria da ‘máxima comunicativa’ pode ser fundada numa teoria linguística ou sociológica. Por exemplo, é preciso perguntar se as máximas que caracterizam um grupo social não constituem uma certa ‘mentalidade comunicativa’ (LINKE, 1996) desse grupo que, igualmente como as máximas particulares, está sujeita a mudanças. Seja como for, convém ressaltar que as necessidades comunicativas as quais se transformam no decorrer das mudanças sociais, assim como as máximas comunicativas e sua mudança, representam importantes pontos de partida para a formação das tendências que determinam o desenvolvimento na área das variações sociocomunicativas.

4 A DIVULGAÇÃO DAS INOVAÇÕES LINGÜÍSTICAS (O PROCESSO DE GENERALIZAÇÃO)

Nos trabalhos sobre a mudança linguística, é comum dividir o processo total da mudança em fases ou processos parciais; a saber, delimita-se, primeiramente, a fase da formação da variação; em segundo lugar, discrimina-se a

fase da seleção da variação e da formação de inovações; e, em terceiro lugar, descreve-se como, no processo final, a inovação é implantada no sistema linguístico, no conhecimento linguístico e na comunidade linguística, ou, em caso contrário, como se passa a inversão desse desenvolvimento quando os falantes ou certos grupos de falantes resistem a essa mudança. Para alguns pesquisadores da mudança linguística, a tarefa principal da teoria da mudança linguística encontra-se, exclusivamente, na investigação desta terceira fase cujo ponto de partida são os fenômenos linguísticos nos diferentes níveis linguísticos que se caracterizam pela tendência de ocorrer com uma frequência não aleatória.

Os processos de generalização de tais inovações podem ser descritos em três níveis diferentes que são: no nível da *langue*, no nível do conhecimento linguístico dos falantes individuais e, finalmente, no nível da comunidade linguística. Nessa análise, é oportuno distinguir entre a ‘mudança linguística interna’, que leva a uma mudança do sistema, e a ‘mudança linguística externa’, que representa o objeto de estudo da sociolinguística histórica. Conforme tudo que se sabe até agora, é de se pressupor que os processos de generalização seguem, em todos os três níveis, princípios fixos do mesmo tipo. Esses princípios podem ser encontrados de maneira semelhante, sempre quando, dentro de um sistema, ocorrem inovações que se generalizam num processo de difusão. No início, a inovação aparece num determinado nível e sob condições bastante restritivas; por exemplo, na área interna, ligada apenas a certos lexemas e, mais tarde, ligada apenas a uma determinada classe de palavras, ou no conhecimento do falante individual, ligada apenas a uma determinada situação comunicativa ou a uma certa intenção. No nível da comunidade linguística, as inovações são divulgadas, na fase inicial da sua generalização, apenas dentro de determinados grupos sociais e/ou num espaço restrito. O processo de difusão da inovação prossegue enquanto dura o efeito dos fatores iniciais e se não ocorre nenhum refreamento do desenvolvimento. Dentro do sistema linguístico, então, se realiza um processo de transição no decorrer do qual a ligação da inovação à palavra é substituída, sucessivamente, pela ligação ao sistema. Nesse ponto de vista, a substituição lexical e a mudança fonética – dois desenvolvimentos que durante muito tempo foram vistos como tipos diferentes de mudança linguística e cuja relação foi discutida, recentemente, no contexto da ‘difusão lexical’ (CHEN, 1972) – tornam-se duas fases sucessivas de um único processo de mudança (HAAS, 1998).

Se esses processos de difusão não são refreados por fatores inibitórios dentro do sistema linguístico, dentro do conhecimento linguístico ou dentro da comunidade linguística, é certo que eles se realizam, quase sempre, conforme a mesma dinâmica processual, que é chamada, na pesquisa da inovação ou da difusão, de curva em forma de sigma. Na fase inicial, uma inovação ocorre, até em condições favoráveis, apenas esporadicamente e aparece como uma variação ao lado da forma tradicional. Frequentemente, ela

é percebida como um lapso ou um desvio. Todavia, o efeito contínuo das condições favoráveis à inovação leva a um crescimento das ocorrências e, durante a fase intermediária da generalização, o processo ganha bastante velocidade. Na fase final, observa-se que a inovação chega a vencer a forma tradicional em vastas áreas e a forma antiga, por conseguinte, encontra-se apenas nos domínios marginais do sistema linguístico, do conhecimento linguístico e da comunidade linguística. Contudo, seja qual for sua direção, esse processo de generalização pode ser interrompido e pode, até, ser invertido por razões diversas. Em várias ocasiões, LABOV (1975: 328) mostrou, claramente, como certos processos de mudança fonética, condicionados pela articulação, que já tinham se generalizado, quase inteiramente, dentro do sistema linguístico e dentro de um determinado grupo social, foram usados, em seguida, como marcações sociais desses grupos e, desse modo, foram impedidos de se divulgar ainda mais. GOOSSENS (1969) mostrou como circunstâncias inerentes ao sistema linguístico ou suas mudanças no espaço podem, também, entrar a difusão de uma inovação.

No decorrer normal dos processos de generalização de inovações linguísticas, é comum que duas regras linguísticas coexistam durante um certo tempo e produzam duas variações concorrentes. Nesse desenvolvimento, é possível estabelecer uma ligação entre determinadas situações socio-comunicativas da produção textual e determinados valores estatísticos que dizem respeito à probabilidade da ocorrência de uma ou de outra variação. A ‘estatística’ nas regras linguísticas que resulta desse tipo de análise provocou disputas científicas sobre a existência de valores de probabilidade na competência linguística do indivíduo ou na produção linguística de um grupo de falantes (CEDERGREN / SANKOFF, 1974; DRESSLER, 1976; WEYDT / SCHLIEBEN-LANGE, 1981).

Todavia, esse resultado, também, pode facilmente ser integrado nas considerações apresentadas acima. É possível pressupor que, em cada situação comunicativa particular, um falante mantém ideias bastante concretas sobre a questão de qual é a variedade, o estilo ou a variação linguística que possam ser esperados por um determinado ouvinte e pelo grupo social que ele representa. Contudo, há uma série de razões por que a norma alvo a qual ele aspira – que se constitui, normalmente, de um certo estilo linguístico ou de uma determinada variedade linguística (HARTUNG, 1981: 98-105) – nunca é alcançada com perfeição. A esses fatores inibitórios pertencem, por exemplo, o grau de consciência da norma alvo no momento da fala; o grau de tolerância com a norma que a sociedade admite numa determinada situação social; o grau de atenção do falante; o grau de reflexão; a extensão da diferença entre a língua de partida e a norma alvo etc. Em cada momento da fala, todos esses fatores fazem efeito sobre o falante e se transformam, parcialmente, sob a influência da reação do ouvinte. Assim sendo, produzem uma resultante de forças que representa o grau de aproximação à norma

alvo, conforme a situação, o grupo social, etc. Nas pesquisas empíricas da variabilidade, esses graus da probabilidade de realizar a regra da norma alvo encontram-se nos valores estatísticos das regras variáveis.

Quanto à generalização interna e à estrutura do seu desenvolvimento, é oportuno, remeter para a contribuição de HAAS no primeiro volume do *Manual da história da língua alemã e da sua investigação* (BESCH *et al.*, 1998: 836-850). Quanto à generalização externa, vale dizer que inclui, de um lado, o conhecimento linguístico do falante individual e, do outro, a comunidade linguística inteira com suas dimensões sociais e regionais. A generalização de inovações dentro do conhecimento linguístico de um falante individual refere-se à área diafásica. As variedades caracterizadas por um estilo que está intimamente ligado a certas situações ou funções, como as variedades marcadas pelas linguagens técnicas e especiais, estão sujeitas a um processo de generalização, à medida que sua aplicabilidade se estende sobre as situações da linguagem cotidiana. Esse desenvolvimento pode ser caracterizado como processo de descontextualização. Seu ponto final, que, muitas vezes, não é alcançado, é representado por um signo linguístico cujas possibilidades de aplicação não são mais delimitadas. Na comunidade linguística, as inovações, na sua fase inicial, parecem ser restringidas por critérios sociais e regionais. Os processos de descontextualização social, por exemplo, a difusão de uma inovação dos círculos da burguesia culta pela sociedade inteira, já foi descrita muitas vezes. Os processos diatópicos de generalização são, já por um tempo bastante longo, o assunto da geografia dialetal que analisou os diferentes efeitos dos fatores internos e externos que possam inibir a difusão. James MILROY (1992) mostrou como o significado social das diferentes variações é importante nos processos de generalização externa. Conforme MILROY, é certo que as variações podem, apenas, surgir num processo (externo) de mudança linguística, se forem socialmente avaliadas ou marcadas em relação às variações tradicionais paralelas. Desse modo, as variações que, devido à variação inerente à língua ou devido à variação funcional, apareceram em complexas e densas redes sociais assumem, regularmente, o caráter de um marcador para a identificação social do grupo no qual elas surgiram. Nas redes mais simples e mais abertas, nas quais a orientação pela ascensão social pode ser importante, é possível que as mudanças são provocadas por variações induzidas pelo contato com sistemas vizinhos de prestígio, por exemplo, com o sistema da língua padrão. Encontra-se aqui, certamente, um fenômeno sociolinguístico muito importante e altamente significativo para a teoria da mudança linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDROUTSOPOULOS, Ioannis. *Deutsche Jugendsprache. Untersuchungen zu ihren Strukturen und Funktionen*. Frankfurt am Main, Peter Lang (Variolinguas 4), 1998.

AUER, Peter. *Phonologie der Alltagssprache. Eine Untersuchung zur Standard/Dialekt-Variation am Beispiel der Konstanzer Stadtsprache*. Berlin, New York, de Gruyter, 1990.

BARTSCH, Renate / VENNEMANN, Theo. *Grundzüge der Sprachtheorie*. Tübingen, Niemeyer, 1982.

BESCH, Werner. *Die Entstehung der deutschen Schriftsprache*. Opladen, Westdeutscher Verlag, 1987.

BESCH, Werner / BETTEN, Anne / REICHMANN, Oskar / SONDEREGGER, Stefan. (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. 2. vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage. 1. Teilband. HSK 2.1. Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1998.

BORETZKY, Norbert. *Eine Einführung in die historische Linguistik*. Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, 1977.

CEDERGREN, Henrietta J. / SANKOFF, David. Variable Rules: Performance as a Statistical Reflection of Competence. In: *Language*, 50, 1974, 333-355.

CHEN, Matthew Y. The Time Dimension: Contribution toward a Theory of Sound Change. In: *Foundation of Language*, 8, 1972, 457-498.

CHERUBIM, Dieter. Trampelpfade zum Sprachwandel? (Zu Rudi Kellers Beitrag in ZGL, 10: 1-27, 1982). In: *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, ZGL, 11, 1983, 65-71.

COSERIU, Eugenio. *Synchronie, Diachronie und Geschichte. Das Problem des Sprachwandels*. München: Fink, 1974 [originalmente: COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e historia*. Montevideo, 1958].

DRESSLER, Wolfgang. Inhärente Variation und variable Regel: Zur Relativierung eines amerikanischen soziolinguistischen Konzepts. In: SCHAFF, Adam. (ed.). *Soziolinguistik*. Wien, Europaverlag, 1976, 53-73.

FRITZ, Gerd. Ansätze zu einer Theorie des Sprachwandels auf lexikalischer Ebene. BESCH, Werner / BETTEN, Anne / REICHMANN, Oskar / SONDEREGGER, Stefan. (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. 2. vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage. 1. Teilband. HSK 2.1. Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1998, 860-874.

GOOSSENS, Jan. *Strukturelle Sprachgeographie*. Heidelberg, Winter Verlag, 1969.

HAAS, Walter. Ansätze zu einer Theorie des Sprachwandels auf lautlicher Ebene. In: BESCH, Werner / BETTEN, Anne / REICHMANN, Oskar / SONDEREGGER, Stefan. (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. 2. vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage. 1. Teilband. HSK 2.1. Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1998, 836-850.

- HARTUNG, Wolfdietrich. Sprachvariation und ihre linguistische Wieserspiegelung. In: AUTORENKOLLEKTIV unter der Leitung von Wolfdietrich Hartung und Helmut Schönfeld. *Kommunikation und Sprachvariation*. Berlin, Akad.-Verlag, 1981, 73-105.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechtes. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Werke in 5 Bänden. Bd. 3: Schriften zur Sprachphilosophie*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963, 368-756, 1963 (Primeira edição: 1836).
- JAKOBSON, Roman. Prinzipien der historischen Phonologie. In: *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, TCLP, 4, 1931, 247-267.
- KELLER, Rudi. Zur Theorie sprachlichen Wandels. In: *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, ZGL, 10, 1982, 1-27.
- KELLER, Rudi. *Sprachwandel*. 1. Auflage. Tübingen, Francke, 1990; 2. Auflage, Tübingen, Francke, 1994 (UTB 1567).
- KING, Richard. *Historical and Generative Grammar*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1969. [Versão alemã: *Historische Linguistik und generative Grammatik*. Frankfurt am Main, Athenäum Verlag, 1971].
- KIPARSKY, Paul. Sprachuniversalien und Sprachwandel. In: CHERUBIM, Dieter (ed.). *Sprachwandel*. Berlin, New York, de Gruyter, 1975.
- LABOV, William. *Language in the Inner City*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1975.
- LABOV, William. *Principles of Linguistic Change*. Oxford, Blackwell, 1994. (Language in Society, 20).
- LASS, Roger. *On Explaining Language Change*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- LINKE, Angelika. *Sprachkultur und Bürgertum. Zur Mentalitätsgeschichte des 19. Jahrhunderts*. Stuttgart, Weimar, Metzler, 1996.
- LÜDTKE, Helmut. Sprachwandel als universales Phänomen. In: LÜDTKE, Helmut (ed.). *Kommunikationstheoretische Grundlagen des Sprachwandels*. Berlin, New York, de Gruyter, 1980a, 1-19.
- LÜDTKE, Helmut. Auf dem Weg zu einer Theorie des Sprachwandels. In: LÜDTKE, Helmut (ed.). *Kommunikationstheoretische Grundlagen des Sprachwandels*. Berlin, New York, de Gruyter, 1980b, 182-252.
- MARTINET, André. *Sprachökonomie und Lautwandel. Eine Abhandlung über die diachrone Phonologie*. Stuttgart, Bern, Klett-Cotta, 1981. [Originalmente publ. em 1955].
- MATTHEIER, Klaus J. Das Verhältnis von sozialem und sprachlichem Wandel. In: AMMON, Ulrich / DITTMAR, Norbert / MATTHEIER, Klaus J. (eds.). *Sociolinguistics*. Berlin, New York, de Gruyter, 1988, 1430-1453 (HSK 5.2.).
- MAYERHALER, Willy. Sprachgeschichte in der Sicht der Generativen Transformationsgrammatik. In: BESCH, Werner / REICHMANN, Oskar / SONDEREGGER, Stefan. (eds.). *Sprachgeschichte*, 1. Halbband. 1. Auflage. Berlin, New York, de Gruyter, 1984, 792-802 (HSK 2.1.).
- MACMAHON, April M. S. *Understanding Language Change*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- MENZERATH, Paul / LACERDA, Antonio de. *Koartikulation, Steuerung und Lautabgrenzung*. Bonn, Berlin, Dümmler Verlag, 1933.
- MILROY, James. *Linguistic Variation and Change*. Oxford, Blackwell, 1992.
- NAUMANN, Hans. Über das sprachliche Verhältnis von Ober- zu Unterschicht. In: *Jahrbuch für Philologie*, 1, 1925, 55-69.
- PAUL, Hermann. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. 5. Auflage. Halle a. Saale, Niemeyer, 1920. [Reimpressão: Tübingen, Niemeyer, 1966].
- POLENZ, Peter von. *Deutsche Sprachgeschichte vom Spätmittelalter bis zur Gegenwart*. Bd. 1. Berlin, New York, de Gruyter, 1991 [SaGö 2237].
- QUASTHOFF, Uta. ‚Homogenität‘ versus ‚Heterogenität‘ als Problem einer historischen Sprachwissenschaft. In: EHRICH, Veronika / FINKE, Peter (eds.). *Beiträge zur Grammatik und Pragmatik*. Kronberg im Ts., Scriptor Verlag, 1975, 1-21.
- RONNEBERGER-SIBOLD, Elke. *Sprachverwendung – Sprachsystem: Ökonomie und Wandel*. Tübingen, Niemeyer, 1980 (Linguistische Arbeiten, LA 87).
- SCHLEGEL, August Wilhelm von. *Observations sur la langue et la littérature provençales*. Paris, 1818. Reimpressão da 1ª edição, Paris 1818 / Hrsg. und mit einem Vorwort versehen von Gunter Narr. Tübingen, Photodruck Präzis, 1971.
- SCHNELLE, Helmut. Empirische und transzendente Sprachgemeinschaften. In: APEL, Karl-Otto (ed.). *Sprachpragmatik und Philosophie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1976, 394-440, 1976.
- TRAGER, George L. / SMITH Jr., Henry L. *An Outline of English Structure*. Norman, Battenburg Press, 1951.
- WEINREICH, Uriel. Is a Structural Dialectology Possible? In: *Word*, 10, 1953, 388-400.

WEINREICH, Uriel / LABOV, William / HERZOG, Marvin I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, Werner / MALKIEL, Yakov (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin, Texas, University of Texas Press, 1968, 95-188.

WEYDT, Harald / SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. Wie realistisch sind Variationsgrammatiken? In: GECKELER, Horst (ed.). *Logos Semantikos. Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu 1921 – 1981*. Festschrift für Eugenio Coseriu. Bd. 5. Berlin, New York, Madrid, de Gruyter, 1981, 117-145.



Composto e Impresso na
Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932-fundos - Benfica
Tel./Fax: (85) 3366.7485 - 3366.7486
Fortaleza - Ceará - Brasil
iu.arte@ufc.br
www.imprensa.ufc.br